



# *Espiritismo e abolicionismo como identidade de dissidência na década de 1880 no Brasil*

Litza de Oliveira Amorim<sup>1</sup>  
Ana Luiza Jesus da Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo relata resultados parciais de uma pesquisa cujo objetivo é analisar a formação política do movimento espírita brasileiro na década de 1880. Ao utilizar o termo formação, temos como pressuposto uma educação política promovida pelo movimento espírita por meio de seus periódicos, e focamos a educação que se processa fora da escola, a partir da inspiração de Thompson (2011), na esteira da apropriação de Costa (2012) do conceito. Investigamos periódicos da imprensa espírita na década de 1880, e defendemos a hipótese de que o movimento espírita em formação no Brasil, na segunda metade do século XIX, configurou-se como uma identidade de dissidência, ao menos parcialmente, da ordem estabelecida. Os resultados relatados no artigo evidenciam que a imprensa espírita posicionou-se em relação à temática da escravidão e sua abolição no Brasil, pressionando o Estado e propondo uma transformação social e política da nação.

**Palavras-chave:** história da educação; abolição da escravatura; espiritismo.

## **Spiritism and abolitionism as a dissenting identity in Brazil in the 1880s**

**Abstract:** This article reports partial results of a research that aimed at analyzing the political formation of the Brazilian spiritist movement in the 1880s. By using the term formation, we presuppose a political education promoted by the spiritist movement through its periodicals, focusing on education that occurs outside of schools, drawing inspiration from Thompson (2011) and following Costa's (2012) appropriation of the concept. We investigated spiritist press periodicals from the 1880s and hypothesize that the spiritist movement forming in Brazil in the second half of the 19th century emerged as a dissenting identity, at least partially, from the established order. The results presented in the article show that the spiritist press took a stance on the topic of slavery and its abolition in Brazil, pressuring the State and proposing a social and political transformation of the nation.

**Keywords:** history of education; abolition of slavery; spiritism.

## **Espiritismo y abolición como identidad de disidencia en Brasil en la década de 1880**

**Resumen:** Este artículo presenta resultados parciales de una investigación cuyo objetivo es analizar la formación política del movimiento espírita brasileño en la década de 1880. Al utilizar el término formación, presuponemos una educación política promovida por el movimiento espírita a través de sus periódicos, centrándonos en la educación que tiene lugar fuera de la escuela, inspirándonos en Thompson (2011), siguiendo la apropiación del concepto por parte de Costa (2012). Investigamos periódicos de la prensa espírita de la década de 1880 y sostenemos la hipótesis de que el movimiento espírita

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo, na área de História da Educação, em São Paulo - SP, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3103-3289>.  
E-mail: litza.amorim@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, departamento de Filosofia e Ciências da Educação, em São Paulo - SP, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6917-2917>.  
E-mail: anajcosta@gmail.com



en formación en Brasil, en la segunda mitad del siglo XIX, se configuró como una identidad disidente, al menos parcialmente, del orden establecido. Los resultados presentados en el artículo muestran que la prensa espírita tomó posición respecto al tema de la esclavitud y su abolición en Brasil, presionando al Estado y proponiendo una transformación social y política de la nación.

**Palabras clave:** historia de la educación; abolición de la esclavitud; espiritismo.

## **Introdução:** A formação política no movimento espírita

O presente artigo relata nossos achados de pesquisa sobre a temática da formação política do movimento espírita brasileiro na década de 1880, especialmente sobre as relações e posicionamentos do movimento espírita diante da temática da escravidão no Brasil.

Nossa investigação parte de uma pesquisa mais ampla sobre a formação política do movimento espírita brasileiro, tomou como fontes primárias as revistas espíritas que abordaram a temática da escravidão e do abolicionismo, e procurou discutir os achados em diálogo com a literatura especializada sobre abolicionismo no Brasil, sobre a formação política do movimento espírita no Brasil, e sobre identidades e política, tendo como principais referenciais as proposições de Thompson (2011) quanto às identidades de dissidência e as reflexões de Stuart Hall (in DA SILVA, 2003) em torno de identidade. Essa pesquisa envolveu buscas sistemáticas de publicações científicas em torno dos temas espiritismo, política e abolicionismo no Brasil, nas principais bases de dados de publicações científicas brasileiras.

O recorte temporal da pesquisa da qual é derivado o presente artigo situa-se nas últimas décadas do século XIX, primeiros momentos de desenvolvimento do espiritismo no Brasil, que coincidem com um amplo processo de reformas sociais, políticas, econômicas e culturais, associadas à crise do escravismo e do império brasileiro. Podemos, em linhas gerais, demarcar um período que denominamos reformador como caracterizado pela emergência dos movimentos abolicionista e republicano, pela recepção e apropriação de ideários modernizantes, como o cientificismo e a defesa da liberdade religiosa, pela ampliação dos processos de urbanização, aos quais se associam o crescimento e a difusão da imprensa, o crescimento da escolarização da população por meio de iniciativas públicas e particulares e a ampliação dos associativismos da sociedade civil com um incremento da esfera pública da sociedade brasileira (ALONSO, 2015; VAINFAS, 2002; CHALHOUB, 2011; GONDRA & SCHUELER, 2008).

Compreendemos que a relevância de nossa pesquisa está, entre outros motivos, em abordar aspectos da formação social para além do eixo econômico do modo de produção, sem descartar as pressões das estruturas sociais constituídas e constituintes, conforme esclarece Thompson em entrevista a Michael Merrill (1976). Cultura, valores, moral e educação são compreendidos por Thompson como parte da experiência vivida, da formação social.

A literatura internacional sobre o espiritualismo moderno, movimento do século XIX do qual o espiritismo brasileiro faz parte, tende a narrar esse movimento como politicamente progressista (BRAUDE, 2001; SHARP, 2006; ROCHA e ROCHA, 2017). O movimento espírita brasileiro do século XIX, por sua vez, declarou-se fortemente tributário do legado do espiritismo francês, fundado por Allan Kardec (1804 -1869). Compunham esse movimento pessoas que liam os livros e revistas sobre o tema, publicados pelo educador ou por outros espíritas, que participavam das reuniões da *Sociedade Parisiense de Estudos*



*Espíritas*, fundavam suas próprias sociedades espíritas e, eventualmente, se correspondiam por cartas com Allan Kardec<sup>3</sup>.

A importância que a História da Educação, campo ao qual a presente pesquisa se filia, deve conferir às formações políticas promovidas pelos movimentos religiosos, cujo impacto na vida social como um todo é notável, parte do pressuposto que “a concepção de formação possibilita pensar uma educação que não ocorre exclusivamente na escola, mas se processa na própria vida” (COSTA, 2012, p.22). Tal afirmação, por vez, inspira-se nas apropriações educacionais da concepção processual - ou de formação - de Thompson (2011) sobre as relações entre a história, a ação humana e seus condicionamentos.

O trabalho de Thompson postulou que, na modernidade, diferentes atores sociais estiveram envolvidos na formação de culturas políticas contrárias à hegemonia do “homem aquisitivo”, protótipo do sistema capitalista e da ideologia liberal. Assim, em sua vasta pesquisa empírica, Thompson encontrou em culturas religiosas, entre outras, elementos que formaram identidades de dissidência em relação ao avanço das ideias e práticas capitalistas, contribuindo para a formação da classe operária inglesa (FORTES, 2006).

Thompson, assim, abriu o leque de atores sociais, forças políticas e núcleos de pensamento que podem ser investigados como influentes sobre o processo político, para além de dimensões mais reducionistas de “classe operária”, restritas às relações de produção. Nas palavras de Fortes, “para Thompson, classe é a relação de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem seus interesses coletivos em contraposição aos de outros” (FORTES, 2006, p.200).

Thompson aborda, entre outros temas, as tradições populares vigentes no século XVIII que influenciaram a “fundamental agitação jacobina dos anos 1790” (THOMPSON, 2011, p. 13). Entre as tradições que teriam contribuído para a formação de tal agitação, está a dissensão cristã, entendida pelo autor como o conjunto de seitas religiosas desvinculadas da Igreja Anglicana.

A dissensão cristã tinha aspectos intelectuais racionalistas, que se inclinaram para heterodoxias como o arianismo, o socinianismo, e até o deísmo, e aspectos de valorização científica e de reforma política. Além disso, em termos de organização eclesial, destacou Thompson: “as seitas dissidentes muitas vezes levaram os princípios de autogestão e da autonomia local aos limites da anarquia” (THOMPSON, 2011, p. 32)<sup>4</sup>.

Já no século XVIII, a história da dissidência religiosa verá a ascensão do metodismo, em que pese seu forte pendor conservador, como um

grande canal de processamento das experiências psíquicas vividas pelos pobres diante da destruição de seu modo de vida tradicional no processo de desregulamentação que antecede a revolução indus-

<sup>3</sup> Allan Kardec era uma entre diversas personalidades inseridas no contexto das investigações psíquicas da primeira metade do século XIX. Ainda hoje seu nome é bastante conhecido no Brasil, e os espíritas, de modo geral influenciados e/ou leitores da obra de Kardec, compõem 2% da população brasileira (IBGE, 2021), em que pese existam debates sobre a proposta original de Kardec ser direcionada ou não à formação de uma nova religião.

<sup>4</sup> A tradição da dissidência protestante mais interessada e atuante no mundo exterior, entretanto, levou a golpes e declinou. Entre outras razões, considerando que a tradição cristã era acompanhada tanto da tendência de interiorização quanto à tendência utópica do milenarismo, a derrota do movimento político dos *levellers* na *Commonwealth* aguçou o quietismo temporal protestante: “quando se desmoronaram as esperanças milenaristas num governo dos santos, seguiu-se uma aguda dissociação entre as aspirações temporais e espirituais do puritanismo do homem pobre” (THOMPSON, 2011, p.34) .



trial, além de uma importante via de resgate de autoestima, de acesso à alfabetização e difusão dos modos organizativos (FORTES, 2006, p. 204).

Com base no referencial teórico apresentado, formulamos a hipótese de que o movimento espírita teria se constituído como formador de identidades de dissidência ao império brasileiro, influenciando, assim, e sendo influenciado por movimentos políticos como a abolição da escravidão. Os itens a seguir pretendem demonstrar como a relação dos espíritas com o abolicionismo passou a compor, nas últimas décadas do século XIX, o que estamos chamando de identidade de dissidência dos espíritas brasileiros do período. Procuramos analisar os aspectos políticos dos discursos produzidos pelos periódicos espíritas, na medida em que essa investigação pode elucidar nossa hipótese.

### **O movimento abolicionista e os espíritas**

Os movimentos sociais, intelectuais e políticos da contemporaneidade trazem as discussões sobre raça e sobre racismo como uma de suas grandes bandeiras. No Brasil, especificamente, o racismo que se comete contra população negra – que representa cinquenta e seis por cento da população brasileira – é tanto brutal, massivo, quanto cotidiano, em um paradoxo terrível que interpela qualquer transeunte de uma grande cidade brasileira, que irá observar como as populações negras estão expostas às mais graves violências e violações de direitos, sem qualquer comparação cabível com a população branca.

Por outro lado, nas últimas décadas, principalmente nas universidades e meios intelectuais, os esforços para dar visibilidade aos feitos, conquistas e legados da população negra na história do Brasil têm ajudado a narrar outra história, na qual negros e negras figuram como protagonistas, diferente das posições que ocupavam nas narrativas hegemônicas ao longo da maior parte do século XX.

Esse movimento também é caracterizado pelo crescimento do interesse dos historiadores e historiadoras pela história da escravidão, bem como pelas reflexões sobre os agentes que lideraram, pactuaram e se beneficiaram dessa estrutura social. A crítica à branquitude se coloca como uma perspectiva que interpela a todos nós, pesquisadores brancos. E a história do espiritismo, a nosso ver, é interpelada desse ponto de vista. Como enxergaram e pensaram o tema da escravidão os espíritas brasileiros no século XIX? As lideranças espíritas surgiram das classes privilegiadas, cultas, que tinham acesso a livros, eventualmente traduziam livros de Allan Kardec do francês para o português, e eram, pelo que se tem notícia, predominantemente brancas.

O tema da escravidão e das resistências a essa instituição no Brasil é amplo e foi bastante explorado pela literatura brasileira. Pesquisadores já se debruçaram sobre causas econômicas, o processamento da prática por instituições políticas, resistências de escravizados por meios de fugas, revoltas, além de resistências por vias judiciais e cotidianas. Entretanto, afirmou Ângela Alonso (2015), a relevância do movimento abolicionista brasileiro para o fim da escravidão não teria sido totalmente reconhecida pelos interessados no tema.

A autora argumenta que, embora tenha sempre havido gente de inclinação antiescravista no Brasil, o movimento abolicionista, para existir, precisou transmutar pensamento em ação, organizando associações, eventos públicos, mobilização coletiva, entre outros. Tal organização coletiva tende a



ocorrer em conjunturas políticas que abrem espaço para a presença de reivindicações no espaço público (ALONSO, 2015).

Alonso (2015) aponta três mudanças conjunturais que favoreceram a emergência do movimento abolicionista brasileiro: os ciclos de abolições internacionais que permitiram aos brasileiros enxergar possibilidades e reavaliar sua posição próxima de a última nação escravista do continente americano; a aceleração da urbanização, que formou um tímido, mas significativo espaço público para discussão de pautas de interesse político; e, por fim, a mudança de conjuntura política, iniciada por pressão do Partido Liberal no espaço público em 1868 e respondida pelo do Partido Conservador com modernizações, entre elas, a ampliação do acesso ao ensino superior, a redução dos custos da imprensa e a proposta da Lei do Ventre Livre.

A organização e a atuação do movimento abolicionista brasileiro são narradas por Angela Alonso (2015) pautadas na síntese de três momentos deste movimento: tempo de flores, tempo de votos e tempo de balas. O primeiro ciclo de mobilização abolicionista brasileiro é narrado como o tempo de flores: os abolicionistas faziam propaganda de sua causa em eventos no teatro, por meio de poemas e óperas, isto é, no espaço público, durante os governos do Partido Liberal (1878-84). Em seguida a essa mobilização, a resposta política veio com um governo pró-emancipação progressiva, liderado por Manuel de Sousa Dantas, que recebeu apoio do movimento abolicionista na imprensa e nas candidaturas ao poder Legislativo. Esse foi o tempo de votos.

O contra-movimento escravista, entretanto, engrossou seu caldo e derrubou Dantas e seu projeto. O novo governo, do Partido Conservador, reprimiu as atividades públicas abolicionistas, e o movimento passou a migrar para a proposta de desobediência civil. O conflito foi acirrado e assim formou-se o tempo das balas (ALONSO, 2015).

O envolvimento dos espíritas brasileiros com projetos de abolição da escravidão tem sido sublinhado por pesquisadores do movimento espírita com interesse crescente. Entre eles, destaca-se Sylvia Damazio (1994) como uma narradora que apontou que membros da recém-chegada doutrina espírita no Brasil eram abolicionistas. Outros pesquisadores da história do espiritismo, como Giumbelli (1997), Wantuil (2002), Manhães (2001) e Colombo (1998), também apontaram a presença de abolicionistas espíritas no século XIX, no Brasil.

Os trabalhos citados, entretanto, traziam referências dispersas sobre o tema. Daniel Valle (2010) avançou na temática, evidenciando os projetos de abolição da imprensa espírita da corte (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011). A expressão “abolicionistas espíritas” foi construída por Sylvia Damazio, relembra Daniel Valle (2010), de modo a evidenciar que os sujeitos focalizados por sua pesquisa se tornaram abolicionistas antes de se tornarem espíritas, o que foi uma pista interessante para que o autor pesquisasse a trajetórias destes intelectuais abolicionistas e espíritas, os quais também ocuparam papéis de liderança na consolidação das primeiras instituições espíritas, como, por exemplo, a Federação Espírita Brasileira.

O pesquisador evidenciou que intelectuais espíritas como Adolfo Bezerra de Menezes (1831-1900), Antônio da Silva Neto (1836-1905) e Francisco Leite de Bittencourt Sampaio (1854-1895) portavam-se como intelectuais envolvidos, desde os anos de 1860 e 1870, em movimentos de reforma que abrangiam temas como emancipação dos escravos, problemas de representação política, centralização política, o Poder Moderador e a ausência de garantias aos direitos individuais, políticos e econômicos.



Mais do que posições individuais, quando as vozes de tais intelectuais são propagadas pela imprensa espírita, os discursos deixam de ser de indivíduos e passam a representar instituições e coletivos. A revista *Reformador* representava, à época, a Federação Espírita Brasileira, criada em 1884. A imprensa espírita leva-nos a compreender, como bem enfatizou Daniel Valle, “que a condenação da escravidão não foi apenas uma postura individual de alguns espíritas; ela também se tornou uma posição institucional e uma orientação para todo o movimento espírita” (VALLE, 2010, p.165)

Se a pesquisa de Daniel Valle (2010) centrou-se na investigação das trajetórias de alguns sujeitos abolicionistas espíritas e na imprensa espírita, notadamente nos periódicos *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* e no periódico *Reformador*, os autores Flávio Lemos e André Cunha (2020) investigaram as representações abolicionistas de Adolfo Bezerra de Menezes – personagem que tinha sido investigado anteriormente tanto por Daniel Valle (2010) quanto por Marcos Marques (2010) – no folhetim romanesco *A Pérola Negra*, publicado pela revista espírita *Reformador* em 1900, alguns anos após a morte de Menezes.

Flávio Lemos e André Cunha (2020) argumentaram que o citado folhetim propagava ideias em interlocução com intelectuais abolicionistas e resgatava, em uma obra já confessadamente espírita, as pautas políticas que Bezerra de Menezes defendeu na sua atuação como parlamentar no império. Esses achados sugerem que a adesão ao espiritismo não era vista como obstáculo ou contraposição aos ideários liberais que formaram o intelectual Bezerra de Menezes, indicando, ao contrário, afinidade entre o espiritismo e o projeto da extinção da escravidão. Mas como, afinal, a imprensa espírita se posicionou em relação ao tema da escravidão? É o que abordamos na próxima seção.

### As revistas espíritas e a escravidão

Nesta seção abordamos a presença do tema do escravismo e da abolição em três periódicos espíritas: A revista *Echo d'Além Túmulo*, a *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* e a revista *Reformador*.

Luís Olímpio Telles de Menezes (1828-1893), um dos autores da reação dos espíritas às críticas ao espiritismo publicadas no jornal *Diário da Bahia* em 1863, foi também o fundador da primeira agremiação espírita brasileira, o Grupo Familiar do Espiritismo. Telles de Menezes foi membro do Instituto Histórico da Bahia e sócio honorário correspondente da Sociedade Magnética da Itália. Telles de Menezes fundou o primeiro periódico espírita do Brasil, intitulado *Echo d'Além Túmulo*, em 1869 (ARRIBAS, 2010).

O periódico *Echo d'Além Túmulo* era bimestral e funcionava pelo sistema de assinaturas. Na edição fac-similada de 1869, primeiro ano da revista, observa-se a declaração de que “O Echo d'Além-Túmulo deduzirá de cada assignatura realisada 1\$000, cuja somma será, annualmente, publicada e destinada para dar liberdade à escravos, de qualquer côr, d' o sexo feminino, de 4 a 7 annos de idade, nascidos no Brazil”<sup>5</sup>. Nota-se que a liberação de crianças proposta pela revista guarda semelhança com a Lei do Ventre Livre, que seria proposta na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871.

<sup>5</sup> A campanha apresentada na versão fac-simile editada pelo “Teatro Espírita Leopoldo Machado” em 1989 não aparece no documento disponibilizado pela Biblioteca Nacional na Hemeroteca Digital.



Já a *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* foi fundada “no Império do Brasil” em 1879. O periódico foi criado pela *Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade*, por sua vez lançada em 1876, composta por dissidentes da antiga *Sociedade de Estudos Espíritas* – Grupo Confúcio, fundada em 1873 (MARQUES in GOMES, CUNHA e PIMENTEL, 2019). A maioria dos membros da *Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* pertencia à elite da corte, e suas biografias, informa Rocha (2019), mostram que esses sujeitos haviam se envolvido com questões de observação de fenômenos físicos antes de adentrarem a citada sociedade e passarem a defender a veracidade dos fenômenos imateriais.

A revista era dirigida por Afonso Angeli Torteroli (1849-1928), e entre seus membros encontravam-se abolicionistas e republicanos históricos, tais como Antonio da Silva Neto e Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, que, mesmo não fazendo parte oficial da redação da revista, atuavam como colaboradores, escrevendo alguns artigos (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011). Rocha (2019) argumenta, em concordância com nossa observação, que a *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* atuou na divulgação do Espiritismo, estabelecendo conceitos formativos, e afirma também que o periódico fazia constantes aproximações entre a chamada ciência espiritual e a material.

A primeira menção ao tema da escravidão na revista dá-se em fevereiro de 1882. No artigo *A Escravidão*, assinado por José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, a escravidão era definida como um problema moral e econômico, e o autor do artigo firmava seu compromisso na luta contra essa instituição.

O Visconde do Rio Branco, que havia sido membro do Partido Conservador e apresentado a Lei do Ventre Livre, sancionada pela Princesa Isabel em 1871, na sua mensagem contrapunha-se a posturas radicais, que incitassem revoltas ou atitudes violentas. Defendia o encaminhamento da questão da escravidão por meio dos “paladinos” da tribuna e da imprensa, com o intuito de despertar as consciências.

O detalhe curioso sobre essa mensagem, especialmente para o leitor não familiarizado com o espiritismo, é que visconde do Rio Branco já estava falecido na ocasião da publicação de seu texto. O artigo tratava-se, segundo a visão espírita, de uma psicografia. A redação da revista não dava explicações sobre como tivera acesso à psicografia. Seguindo a recomendação de Allan Kardec, o redator afirmava que as ideias expostas não desabonavam o nome que as colocava e completava que a autoria de Paranhos poderia ser pessoal ou até mesmo moral.

José Paranhos afirmava que trabalhava “destemidamente” e “sem descanso” pelo fim da escravidão, assim como fizera em vida, acompanhado de muitos, como ele, espíritos. Na sua visão, a questão servil “agitou boa parte da sociedade brasileira, que mais interesses tinha em procrastinar o tempo em que devia resolver-se um problema de tão grande alcance moral e econômico” (REVISTA DA SOCIEDADE ACADÊMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, fevereiro, 1882, p. 41).

Incentivava-se, no artigo, a vinda de imigrantes europeus, que serviriam tanto para a formação de colônias de ocupação como para o trabalho nas fazendas. A psicografia propõe algo próximo de um programa de políticas públicas que levasse os colonos a “rotar as terras incultas do Império”, programa esse que incluía: cartografar as terras do país, incentivar os colonos com possibilidades de adquirir propriedade de terra e implementação de legislação pela liberdade de consciência.

O Visconde do Rio Branco criticava o “sono da indiferença” do governo imperial e de boa parte da sociedade diante da questão servil. E concluía sua argumentação destacando que, além da questão moral,



devia-se ter em mente que os escravos eram “capital precário”, sempre em decréscimo, prejudicando seus proprietários e a sociedade da qual faziam parte.

Nota-se que, embora discretamente o autor pontue que os escravos façam parte da sociedade brasileira e afirme algumas vezes que a escravidão é uma mancha hedionda em termos de moralidade, as pessoas escravizadas pouco são visibilizadas no texto como sujeitos. As reflexões econômicas e a preocupação com a estrutura produtiva e a organização social são preponderantes na mensagem. Para a sensibilidade contemporânea, a falta de discussão sobre promoção dos direitos dos escravizados visibiliza-se como grande ausência.

A “comissão confraternizadora” da revista publicou sua resposta ao artigo de de Paranhos. A revista considerou precipitadas as palavras do visconde do Rio Branco, pois entendia que a questão da emancipação dos escravos deveria seguir o ritmo natural da evolução, caminhando “sobre os degraus da escada do progresso”. Por isso a revista afirmava não fazer apologia da abolição, mas se posicionava a favor da emancipação. Assim, vemos curiosamente o espírito defendendo pautas mais radicais que os vivos, na mesma revista.

Dois meses depois, era publicada na mesma revista uma nova psicografia, intitulada *A voz do profeta*. Dessa vez, quem assinava era um espírito desencarnado, que dizia ter sido, em vida, um escravo. A revista esclarecia sua intenção ao publicar aquela mensagem que fora remetida à redação: além de servir como matéria de estudo, era um incentivo para os espíritas empregarem os seus esforços no sentido de modificar a ordem de ideias apresentada no texto.

A psicografia em questão causaria temor a qualquer senhor de terras e de escravos, pois anunciava que o dia da vingança estava próximo e fazia parte dos desígnios divinos. Ao escravizar um homem e explorá-lo em seu proveito, os proprietários colocavam os “interesses materiais” contra a “voz do coração”, ignoravam seus “deveres de homens e cidadãos” e privavam o indivíduo do valor mais precioso que Deus deu ao homem: sua liberdade. Com essa ordem de coisas, a ira de Deus tinha sido provocada, e o horizonte próximo era de “anarquia”, cheio de violências e violações. Os escravos iriam se revoltar e se comportar “como bestas”, tomando propriedades e derramando sangue.

A convulsão social vislumbrada não ocultava a possibilidade de progresso e “regeneração”. Os leitores eram aconselhados a não tomar parte em lutas sangrentas, e especialmente a eles dizia-se “libertae os vossos servos, que vos libertaes a vós mesmos das mãos dos vossos inimigos” (REVISTA DA SOCIEDADE ACADÊMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, abril, 1882, p. 92). Sobre as ideias atribuídas ao espírito desencarnado, reflete Daniel Valle: “Esse argumento era utilizado por diferentes matizes do pensamento abolicionista, entre eles o católico, que entendia a concessão de alforrias como a expressão do espírito cristão e a garantia da manutenção das relações paternalistas” (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011, p. 239).

O autor do folheto aconselhava aos senhores que libertassem seus escravos, para que não fossem os inimigos de amanhã. Para os legisladores da nação, o espírito portador da mensagem tinha uma clamação bastante específica:

vós que deveis ser a guarda avançada do exercito do progresso; vós, que deveis ser os primeiros a evitar a revolução por meio de reformas rasgadamente liberais e francamente progres-



sistas, que fazeis ahi ostentando a vossa nulidade em presença do movimento, que se agita sob vossos pés e que acabará por vos abraçar, destruindo-vos?! (REVISTA DA SOCIEDADE ACADÊMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, abril, 1882, p. 93)

Enquanto os legisladores esperavam um futuro plácido e próspero, receberiam, por sua própria responsabilidade, a vista do “clarão sinistro das luxuosas vivendas senhoriaes transformadas em imensas fogueiras, ateadas pelo desespero e por todas as ruínas paixões, postas em acção pelos espíritos vingadores” (REVISTA DA SOCIEDADE ACADÊMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, abril, 1882, p. 94). A imagem da revolução sangrenta remete à revolução haitiana, uma preocupação relevante para os proprietários e defensores do *status quo* à época<sup>6</sup>.

Sobre a correspondência entre as ideias publicadas na mensagem e a agitação política mais ampla na sociedade brasileira, destaca-se que “o folheto traduzia bem algumas ideias das alas mais radicais do movimento abolicionista e significava uma grande pressão sobre a sociedade imperial, estimulando a tomada urgente de atitudes” (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011, p. 240).

A psicografia também pode dar indícios da pressão dos próprios escravizados como motor do movimento abolicionista, expressando o papel ativo desses sujeitos no processo de abolição, que pode ser visto como conquista dos próprios escravizados. Trabalhos célebres, como o de Sidney Chalhoub (2011), justamente enfatizaram a agência dos povos escravizados em sua luta por liberdade. A imprensa espírita, com a mensagem publicada, reforçou a narrativa dessa agência, abrindo uma fenda na qual escravizados até mesmo mortos viriam defender sua liberdade.

Em julho de 1882, a *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* expôs sua visão sobre o tema da escravidão no artigo intitulado *Emancipação*. O artigo, assinado pela comissão confraternizadora da revista, inicia-se fazendo menção à mensagem mediúnica do Visconde do Rio Branco publicada em fevereiro do mesmo ano. Na ocasião da publicação desta mensagem, a revista informou que possuía algumas discordâncias com ela. Na edição de julho de 1882, o artigo *Emancipação* é apresentado como uma exposição clara da posição do grupo representado pela revista.

Segundo afirmava o artigo, a posição da comissão confraternizadora era pela emancipação gradual dos escravos, em contraposição à abolição brusca da escravidão, que causaria problemas como o desequilíbrio entre produção e consumo da lavoura, bem como uma situação na qual os escravos, que durante séculos foram apenas “machinas de trabalho”, se deparariam com todas as necessidades da existência e poucos meios de satisfazê-las.

O argumento inicial sobre esse tópico afirma que a escravidão é consequência, não causa, do predomínio da animalidade dos homens sobre a espiritualidade. Seguindo essa premissa, a revista afirma que os imigrantes, de quaisquer raças que fossem, que viessem a substituir a mão de obra escravizada seriam também praticamente escravizados, caso a nação não empreendesse reformas que garantissem a possibilidade de adquirir propriedade. Assim se afirma: “enquanto subsistirem as grandes propriedades, o colono não passará de um simples jornaleiro; e o jornaleiro não difere quase nada do cativo; é um

<sup>6</sup> Os ecos da Revolução Haitiana na época da independência do Brasil foram diversificados: havia repúdio e ocultação, mas também recepções favoráveis. Destaca-se o medo que havia no Brasil de uma revolta generalizada dos escravos inspirada pelo exemplo haitiano, inclusive expresso por um termo presente na documentação da época: “a febre do haitianismo”. Para mais detalhes, ver Morel (2017).



escravo disfarçado” (REVISTA DA SOCIEDADE ACADEMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, julho, 1882, p. 167)<sup>7</sup>.

Por outro lado, na mensagem em questão, os escravos são descritos como dotados de “incapacidade intelectual, moral e social”, agravadas por situações de “promiscuidade dos sexos e das idades” (REVISTA DA SOCIEDADE ACADEMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, julho, 1882, p. 168). Embora se reconheça, no artigo, que “reduziram” os escravizados a isso, o olhar historiográfico do século XXI não deixa de notar que os saberes, a inventividade, a inteligência e a resistência, entre outras qualidades das pessoas escravizadas, não são consideradas nem mesmo como hipótese, reforçando a interpretação de que o tom geral do projeto abolicionista de “emancipação” proposto pela revista era paternalista e conservador, como propõe Daniel Valle (in ABREU e PEREIRA, 2011, p.240).

O pesquisador reforça que “a ideia do escravo como um indivíduo inapto e despreparado para viver em liberdade era corrente nos discursos de muitos parlamentares, que queriam retardar a marcha da abolição com o argumento de proteger os escravos” (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011, p.242). Durante os debates parlamentares sobre a lei que liberaria os escravizados sexagenários, o argumento que equivalia liberdade dos escravos à desproteção dos mesmos foi recorrentemente utilizado, destaca Valle (in ABREU e PEREIRA, 2011).

O processo gradual de emancipação dos escravizados deveria, segundo a proposta da revista, ser acompanhado por ações no sentido de “despertar nos cativos o amor ao trabalho”, premiando os que demonstrassem esse amor com lotes de terra e jornadas para trabalharem para si mesmos, além da criação de escolas e oficinas diversas nas fazendas para os “ingênuos”, as crianças já nascidas livres, para educá-los para a emancipação<sup>8</sup>.

Argumentava-se que a abolição deveria ser precedida de medidas para garantir a todos os “homens laboriosos” os meios de obter a subsistência com seu trabalho, inclusive aos que migrassem para o Brasil. Os dois empecilhos para a realização desse intento eram, na visão da revista, “a religião e o latifúndio”, sendo especificamente propostas a “extinção da Igreja Oficial” e a “divisão da propriedade territorial”. A falta de liberdade religiosa prejudicaria tanto o imigrante quanto a falta de propriedade, que realmente estava, no caso brasileiro, concentrada nas mãos de “grandes proprietários, senhores de engenho e capitalistas”.

Um ponto que tem sido discutido criticamente, e convém aprofundarmos, é a proposta gradualista da extinção da escravidão. Na mensagem *A Emancipação*, a Lei Paranhos ou Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, figura como pilar da extinção “suave” da escravidão no Brasil, como segue:

E assim, de um lado os sentimentos philanthropicos do povo e do outro a Lei Paranhos, que estancou a fonte da escravatura, pela libertação do ventre da mulher escrava, e a criação do fundo de emancipação, concorrendo, como forças convergentes, para o mesmo fim, é certo e que,

<sup>7</sup> A história confirmou, em partes, a profecia da revista: observamos que, de fato, a tendência histórica de tentativas de escravização de imigrantes realmente ocorreu no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e os crimes de submeter pessoas a trabalho análogo à escravidão persistem até a atualidade.

<sup>8</sup> Foram poucos os senhores que abriram mão de manter a tutela sobre os ingênuos - possibilidade aberta pela Lei do Ventre Livre - assim como poucas foram as instituições criadas para educar essas crianças. Sobre os projetos voltados a essa finalidade ver: Neves (2021); Cruz (2008); Silva (2014); Lucas (2016); Silva (2022).



multiplicando-se muito rapidamente os efeitos dessas causas, muito breve estará, plácida e suavemente, extinta a escravidão no Brasil” (REVISTA DA SOCIEDADE ACADEMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, julho, 1882, p.169)

O aspecto perverso desse ideário da emancipação gradual dos escravizados é destacado pelo fato de que após o debate acalorado que aprovou a Lei do Ventre Livre em 1871 - debate no qual a lei fora considerada pelos fazendeiros um atentado aos direitos dos proprietários de escravos – os grupos de interesse transformaram seu discurso de tal forma que em 1884 a mesma Lei foi enaltecida como o suficiente abrigo de promessas de resolução do problema da escravidão.

Tal linha de raciocínio, conforme a *Sociedade Acadêmica* defendeu, isentava o Estado de tomar outras medidas pela extinção da escravidão, servindo de argumento contra a aprovação da liberdade dos escravos sexagenários, conforme pontua o trabalho de Joseli Mendonça (1999), também citado por Valle (in ABREU e PEREIRA, 2011). Contraditoriamente, para o periódico, a extinção da religião oficial da nação e a reforma das propriedades, sim, eram pautas que reclamavam ação governamental.

No artigo *A Emancipação a Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* relata ter recebido uma crítica acusando-a de escravocrata. Como réplica, o argumento ético e religioso foi usado fortemente pela revista, como segue:

Por tal forma se apresenta ao nosso espírito a ideia de abolição, isto é, da extinção brusca da escravidão, que não compreendemos como haja quem encare a questão de outro modo; e, de certo não o acreditaríamos, sinão tivéssemos **ouvido pessoalmente uma increpação (sic), uma forte censura a esta redação que foi inquinada de escravocrata**: Escravocrata! quem defende a doutrina, que o Christo ensinou, da fraternidade! quem sabe que a condição de raça, posição social, pobreza ou miséria, é tudo consequência do passado; e, portanto, aquele que hoje é senhor, poderá nascer escravo amanhã. Quem tal conhece não pode ser escravocrata (REVISTA DA SOCIEDADE ACADEMICA DEUS, CRISTO E CARIDADE, julho, 1882, p.168, grifos nossos)

Assim, nota-se que os autores da revista enfrentaram críticas, provavelmente por sua proposta gradualista, o que significa também que a revista circulava entre meios sociais abolicionistas, reforçando a evidência de que os periódicos espíritas compunham o movimento abolicionista. Nesse sentido, sublinha-se a relevância da interpretação de Angela Alonso, que afirma:

As histórias da abolição têm insistido nas disputas intra-abolicionistas – por liderança, método, programa. Contudo, o foco no faccionalismo, típico de movimentos grandes, empana a clivagem crucial, aquela que separa abolicionistas e escravistas. Porque, sim, houve escravismo político no Brasil, aqui representado por seus líderes nacionais, Paulino Soares de Sousa e o barão de Cote-gipe (ALONSO, 2015, p. 20)

A lógica de primeiro transformar a presença da mão de obra para depois extinguir a escravidão já estava presente na obra *A Crise na Lavoura*, publicada por Quintino Bocaiúva em 1882, lembra Daniel



Valle (in ABREU e PEREIRA, 2011), uma obra representante da corrente do “liberalismo imperial” e contrária a qualquer transformação abrupta na economia. Valle aproxima fortemente as propostas políticas apresentadas pelos espíritas ao ideário liberal brasileiro de contestação da ordem vigente, programa político que seria apropriado pelo movimento republicano posteriormente.

As ideias sobre o tema da escravidão no Brasil apresentadas na *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* não tiveram desenvolvimento posterior, já que a publicação da revista foi finalizada. Entretanto, outra revista espírita, intitulada *Reformador*, abordou posteriormente o tema.

Fundada em 1883 por Augusto Elias da Silva, a revista *Reformador* tinha como subtítulo, que a definia, “Órgão evolucionista”. Em 1884, o periódico *Reformador* se tornaria o órgão oficial da recém-fundada Federação Espírita Brasileira (FEB). Assim como a *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade*, o periódico *Reformador* tinha como objetivo principal divulgar o espiritismo, e a maioria de seus artigos tratava de princípios espíritas. Entretanto, temas mais abrangentes também estavam muito presentes na seleção editorial. No primeiro ano da revista, por exemplo, foram publicados artigos referentes à temática da maçonaria, do casamento civil, do ensino livre e do ensino religioso, sobre a educação da mulher e a relação entre Igreja e Estado (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011).

Desde a fundação da revista *Reformador*, o tema da escravidão revelou-se uma pauta do periódico. Além de publicar artigos sobre o tema, a revista estabeleceu contato com sociedades emancipacionistas e abolicionistas, participando de seus eventos e contribuindo com a Comissão Central de Emancipação do Município Neutro<sup>9</sup>, divulgando também notícias sobre o encaminhamento da questão (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011).

A posição da revista *Reformador* sobre a escravidão argumentava que as leis naturais estabelecidas por Deus, apresentadas n’ *O livro dos espíritos*, de autoria de Allan Kardec, eram fundamento da argumentação espírita contra a escravidão. A liberdade era entendida como uma lei divina, e seu cerceamento, uma contrariedade ao próprio Deus. Nesse sentido, os espíritas superavam o argumento de propriedade, que era o principal mote em defesa dos proprietários de escravos do país. Esse argumento, de certo modo, enfrentava a espinhosa demanda de indenização aos senhores que perderiam suas “propriedades” com a abolição da escravidão (VALLE in ABREU e PEREIRA, 2011). Segundo a ótica espírita, como teria sido adquirida com prejuízo a outra pessoa, a propriedade escravocrata era considerada ilegítima.

Em 1884, três anos antes da conferência pública de Antonio da Silva Neto na Federação Espírita Brasileira ser publicada, a revista *Reformador* publicou um artigo de um espírita que, usando o pseudônimo de *Sedora*, utilizava uma análise totalizante, elencando dimensões sociais, políticas e, sobretudo, espirituais, sobre o tema da escravidão, convocando explicitamente os “estadistas” a abolir a escravatura.

Em seguida, temas econômicos e militares são mencionados para trazer possibilidades de organização social após o fim da escravidão. A produção agrícola poderia ser aumentada mobilizando as populações “desocupadas” das cidades e a migração de colonos, que para migrarem e assumirem o estatuto de cidadãos, precisariam da extinção da religião oficial da nação. Para lidar com possibilidades de guerra, seria possível mobilizar

<sup>9</sup> Os espíritas apoiaram a campanha da Comissão Central de Emancipação do Município Neutro de arrecadação de fundos para a compra de alforrias para pessoas escravizadas (VALLE, 2010). O fundo de emancipação de escravos foi um instrumento jurídico criado pela lei número 2040, de 28 de setembro de 1871 (conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que previa a destinação de recursos pecuniários a cada província do país e ao Município Neutro (o Rio de Janeiro - DAUWE, 2004).



o exército. Mesmo “aborígenes” “catequizados” poderiam ajudar na lavoura (REFORMADOR, novembro, 1884, p.3). Não se considerou, nesse caso, que a liberdade de culto valesse para os povos indígenas.

Há um forte tom no artigo que impele a nação e os estadistas ao futuro, convocando-os a enfrentar os “fantasmas” do medo, e aderir ao “século do progresso”, da máquina a vapor e do telégrafo. O destino de cada escravizado, “ignorante, sem família, sem pátria, quase sem livre arbítrio” (REFORMADOR, novembro, 1884, p.3) não é discutido.

A preocupação com o destino das pessoas libertas após a abolição, bem como o clima cultural geral de preocupação com a perspectiva de revoluções violentas – razões que explicariam o fato de que os periódicos espíritas preferiram usar, muitas vezes, o termo emancipação, ao contrário de abolição - parecem ter sido motivos insuficientes para a intensificação de inclinação política da revista *Reformador*, que em 1886, fortalece a opinião pública antiescravista e passa a defender a libertação imediata dos escravizados (REFORMADOR, abril, 1886, p.1), conforme já havia notado Daniel Valle (2010, p. 148).

Em uma mensagem publicada em março de 1887, sem autoria específica, intitulada *Escravos!*, a revista *Reformador* ora dirige-se aos “homens de sentimento”, contrários à escravidão, ora dirige-se, talvez em um exercício apenas estilístico, diretamente para os senhores de escravos: “nós vos conjuramos a que arranqueis de vossa frente a inscripção que ahí gravou um ferrete ignomioso – a de senhores de escravos!” (REFORMADOR, março, 1887, p.1).

O artigo de edição de abril de 1887, também intitulado *Escravidão*, dirigia-se, novamente, “não aos poderes publicos, nos quaes não só reconhecemos o direito como ainda o dever de embaraçar que sejam conculcados os interesses da justiça” (REFORMADOR, abril, 1887, p.1), mas aos senhores de escravos. A revista afirmava preocupar-se com o “futuro espiritual” dos escravizadores, dizendo a eles: “si hoje a vossa consciência está abafada por uma falsa noção de propriedade, amanhã ella fallar-vos com brados atroadores; ai de vós então” (REFORMADOR, abril, 1887, p.1.)

Um ano antes da aprovação do fim da escravidão pelos senadores do Brasil, por meio da aprovação do projeto da Lei Áurea, a revista afirmava que havia uma “quantidade ínfima de possuidores de escravos, pois que, honra à philantropia de nossos patricios, ficou reduzida a menos de metade a população servil” (REFORMADOR, abril, 1887, p.1.). O número total de escravizados naquele momento, segundo a revista, “talvez não ascenda a 400 mil” (REFORMADOR, abril, 1887, p.1.).

### **A formação política no movimento espírita: identidade de dissidência**

Nossa hipótese de que o espiritismo constituiria uma “identidade de dissidência” no período reformador da década de 1880, isto é, uma identidade que fortaleceu os movimentos para a abolição da escravidão e a queda do Brasil império, inspirou-se nas observações e reflexões de Thompson (2011) sobre a presença, na tradição protestante da Dissidência na Inglaterra do século XVII e XVIII, de elementos que contribuíram para a formação da classe trabalhadora inglesa.

Apesar do retraimento do movimento protestante dissidente inglês do século XVII, do qual tratou o autor, há algo que se preservou, e esse algo é importante “para a compreensão do século XVIII e de um elemento que se manteve na política operária posterior” (THOMPSON, 2011, 35). Assim, evidencia-se que os movimentos religiosos deixaram marcas na história política dos povos.



Também trabalhamos com a proposição de Stuart Hall (in DA SILVA, 2003) de identidade como um processo subjetivo e discursivo, cujo caráter processual pode ser melhor expresso no substantivo “identificação”. Embora Hall (in DA SILVA, 2003) não faça menção à identidade religiosa, consideramos que suas ponderações são válidas para o caso da identidade espírita, tendo em vista que “na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL in DA SILVA et al., 2003, 106). A comunidade religiosa espírita seria, a nosso ver, identificada pela partilha de ideais antropológicos, teleológicos, teológicos, políticos e sociais.

O quadro reflexivo proposto pelos autores citados nos inspira a perguntar: Como ocorreu a produção da identidade espírita? Compreendemos que ela se desenvolveu em relação com a identidade católica, hegemônica no campo religioso brasileiro, como argumentou Arribas (2010). Entretanto, seguindo a proposta de Asad (1993), que compreende que discursos de campos diferentes podem se apoiar mutuamente, argumentamos que identidades políticas como a dos republicanos, dos liberais, anticlericais e a dos abolicionistas apoiaram a construção da identidade espírita, na construção do rol de identidades de resistência ao império brasileiro durante o período reformador que culminou na formação da primeira república brasileira.

Ao pesquisar as disputas políticas na crise do período do Brasil Império, Angela Alonso (2002) identificou a geração de 1870 como um importante grupo nesse cenário. A geração de 1870, embora fosse um agrupamento heterogêneo, dirigia suas críticas a alvos comuns: problemas de representação política, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, ausência de garantias às liberdades individuais, políticas e econômicas. Nesse quadro, Daniel Valle reforça que os espíritas que representaram a institucionalidade da doutrina à época adotaram posicionamentos “que os aproximavam dos ‘novos liberais’, dos ‘liberais republicanos’ e dos ‘positivistas abolicionistas’” (VALLE, 2010, p. 153).

De fato, os intelectuais que forjaram o discurso institucional espírita da década de 1880 já circulavam entre meios liberais e abolicionistas antes e durante sua atuação como lideranças e intelectuais espíritas (VALLE, 2010; MARQUES, 2019). Personagens como Adolfo Bezerra de Menezes, Francisco Leite Bittencourt Sampaio e Antonio Silva Neto já tinham adotado posturas contrárias à escravidão antes mesmo da intensificação dos debates brasileiros sobre o tema e antes de suas conversões ao espiritismo.

Silva Neto e Bezerra de Menezes escreveram e publicaram seus trabalhos em defesa do cessar da escravidão no Brasil. Do ponto de vista da política institucional, tanto Adolfo Bezerra de Menezes quanto Francisco Leite Bittencourt Sampaio haviam também exercido cargos no Poder Legislativo, como deputados e relacionados com o Partido Liberal. Bittencourt Sampaio havia sido deputado e presidente de província pelo Partido Liberal, e ingressou, posteriormente, no movimento republicano, assinando o manifesto de 1870 (VALLE, 2010).

Na década de 1880, progressivamente, as lideranças abolicionistas conquistaram espaço na imprensa, e mesmo jornais predominantemente conservadores do ponto de vista social chegaram a divulgar debates sobre o escravismo (MOREL e BARROS, 2003), embora outras redações fossem mais cautelosas. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, permaneceu alinhado com os escravistas até as vésperas da abolição (MACHADO, 1991). Embora a imprensa tenha se aberto ao debate, os jornais abolicionistas eram minoria, em comparação com o número de periódicos defensores da escravidão ou indiferentes (MOREL e BARROS, 2003).



A percepção do movimento espírita como formador de identidades de dissidência é reforçada pelo posicionamento da *Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade* a favor da extinção da religião oficial. Além do domínio da Igreja Católica no Brasil representar um obstáculo à difusão do espiritismo, por meio de ataques do clero contra os espíritas e da própria hegemonia católica, o posicionamento espírita contrário ao domínio da Igreja sobre assuntos sociais e governamentais reforçava o alinhamento dos espíritas no espectro político dos liberais e republicanos.

Compreendemos que o espiritismo configurou-se como um amparo religioso para sujeitos e ideias que não estavam totalmente conformes à ordem estabelecida, num momento que o catolicismo amparava e alicerçava ordem. O periódico *Reformador*, por exemplo, posicionou-se em oposição à Igreja Católica quando o império regulamentou o registro civil, na edição de 15 de junho de 1887, defendendo nesse dia, em diversas publicações, a liberdade religiosa (VALLE, 2010).

Também a aludida omissão da Igreja Católica em relação à temática da emancipação dos escravizados foi criticada na edição da revista *Reformador* de 3 de outubro de 1884, no artigo intitulado *Res non Veras* – Coisas, não palavras. Nesse artigo, os maçons eram elogiados por suas ações em relação à causa dos escravizados, enquanto a Igreja Católica pouco fazia<sup>10</sup>.

De fato, o discurso antiescravista católico encontrava limites nos interesses do governo imperial e na manutenção da ordem, da propriedade e da legalidade (ABREU e DANTAS, 2001). Em contraponto, alguns discursos espíritas chegaram a defender inclusive a reforma das propriedades de terra no país. Nota-se, entretanto, que a abolição gradual foi proposta por ambos os grupos. Nesse sentido, observa-se que a configuração do campo de disputas entre espiritismo e catolicismo, e a aderência dos espíritas ao projeto de uma sociedade liberal, é, por um lado, a razão que justifica o enquadramento, pelo discurso espírita, da igreja católica no Brasil dentro de uma visão de anacronismo, e, por outro, nos permite ver o próprio espiritismo pelo prisma da identidade de dissidência, como um movimento formador de identidades em oposição à igreja oficial do Império do Brasil.

A adesão dos espíritas a um projeto de sociedade liberal significava, à época, conforme apontamos anteriormente, que as lideranças do movimento espírita brasileiro e sua atuação institucional no século XIX podem ser compreendidas em associação com outros liberais brasileiros de seu tempo, como os liberais republicanos e os positivistas abolicionistas da geração de 1870, conforme apontou Ângela Alonso (2002). Os espíritas aproximavam-se desses grupos principalmente na defesa do abolicionismo, da liberdade religiosa e do cientificismo, mas também no questionamento da distribuição de terras no país.

## Considerações finais

Os resultados da investigação relatados nesta pesquisa contribuem para o campo da História, em geral, e da História da Educação, em particular, ao lançar luz sobre a educação que se processa para além dos muros das escolas, particularmente nas vivências religiosas. Adicionalmente, o tema da formação po-

<sup>10</sup> A narrativa dos espíritas de que a Igreja Católica permanecia em inação diante da causa da abolição da escravatura – narrativa essa que já teve alcance quase oficial – entretanto, precisa ser atenuada, como evidenciam as pesquisas de Abreu e Dantas (2001) sobre o pensamento antiescravista católico. A autora aponta que o periódico *O Apóstolo*, por exemplo, abordava a temática da escravidão desde as primeiras discussões parlamentares sobre a libertação de filhos de escravizadas.



lítica e da formação de identidades políticas é de grande importância num período de reaparecimento de movimentos políticos de tendência antidemocrática, por vezes associados, inclusive, a algumas manifestações religiosas, como é o caso do Brasil contemporâneo. A compreensão do movimento espírita como um movimento formador de identidades de dissidência na década de 1880, no Brasil, reforça o entendimento do potencial de formação política das religiões na modernidade. Na esteira das considerações de Thompson e de Ângela Alonso, podemos observar a contribuição do movimento espírita, por meio de seus valores, ideias e ações educativas, para o movimento abolicionista brasileiro e para os processos históricos envolvidos na proclamação da república do Brasil.

As ações formativas do movimento espírita brasileiro do século XIX, por meio de seus periódicos, podem ser compreendidas em associação com outros liberais brasileiros de seu tempo, na defesa de projetos abolicionistas que idealizaram um futuro para o país. Como perspectivas para investigações futuras, apontamos que uma pesquisa mais detalhada da geração de 1870 e dos liberalismos brasileiros do período é uma perspectiva que pode aprofundar e delinear mais precisamente o posicionamento político do movimento espírita do século XIX, não só com relação ao abolicionismo, mas também em relação a outras pautas públicas do período. O desenvolvimento histórico dos posicionamentos políticos do movimento espírita também tem sido investigado por outros pesquisadores e é um caminho relevante para investigações futuras.



## Fontes documentais

*Reformador*. Mensal. Rio de Janeiro, novembro de 1884.

*Reformador*. Mensal. Rio de Janeiro, março de 1887.

*Reformador*. Mensal. Rio de Janeiro, abril de 1887.

*Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade*. Mensal. Ano II, n. 2, p. 33-58. Rio de Janeiro, fevereiro de 1882.

*Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade*. Mensal. Ano II, n. 4 e 5, p. 80-108. Rio de Janeiro, abril e maio de 1882.

*Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade*. Mensal. Ano II, n. 6 e 7, p. 129-154. Rio de Janeiro, junho e julho de 1882.

## Referências bibliográficas

ABREU, Canuto. *Bezerra de Menezes: Subsídios para a História do Espiritismo no Brasil até o ano de 1895*. São Paulo: FEESP, 1987.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Viana. *Pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890. Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access editora, 2010.

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. 2011. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/handle/1/206>. Acesso em 24 jul. 2024

ALONSO, Angela Maria. *Idéias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. Editora Companhia das Letras, 2015.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010.

ASAD, Talal. The construction of religion as an anthropological category. In: *Genealogies of religion: discipline and reasons of power in Christianity and Islam*, v. 2, p. 27-54, The Johns Hopkins University Press, 1993. Disponível em <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315811802-3/construction-religion-anthropological-category-talal-asad>. Acesso de 14 jul. 2024

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço nacional no Brasil do século XIX. *Cadernos de História*, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2005.

BRAUDE, Ann. *Radical spirits: Spiritualism and women's rights in nineteenth century America*. Indiana University Press, Second Edition, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Editora Companhia das Letras, 2011.

COLOMBO, C. B. *Idéias Sociais Espíritas*. São Paulo/Salvador: Editora Comenius e IDEBA, 1998.



- COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.48.2012.tde-26062012-153651. Acesso em: 2024-07-14.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Araraquara, 2008.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil, 1994.
- DA ROCHA, Alessandro Santos. O cientificismo na Revista da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade (1881-1882) e os princípios formativos da imprensa espírita brasileira. *MÉTIS: história & cultura*. v. 18, n. 36 jul./dez. 2019. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UCS-7\\_db58b6ddfb90d-70799cef8c84a576ecf](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UCS-7_db58b6ddfb90d-70799cef8c84a576ecf). Acesso em 14 jul.2024.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil, 1994.
- DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/456.pdf>. Acesso em 14 jul. 2024.
- FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de EP Thompson. *Tempo social*, v. 18, p. 197-215, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/9Y8kv8yLbkQcFtD3WdCTM3S/?format=pdf>. Acesso em 24 jul. 2024.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- GOMES, Adriana; CUNHA, André Victor; PIMENTEL, Marcelo Gulão. (Orgs.). *Espiritismo em Perspectivas*. Salvador: Saggá, 2019.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, pp. 73-102, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População espírita no Brasil em 2010. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#resultado>>. Acesso em Fev. 2024
- ÍSAIA, Arthur Cesar. A República e a teleologia histórica do espiritismo. In: ISAIA, A. C.; MANOEL, I. A. *Espiritismo & religiões afrobrasileiras: história e ciências sociais* (org.). São Paulo: UNESP, 2012. p. 103-117.
- LEMONS, Flávio Luan Freire; DA CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal. Literatura espírita e representações abolicionistas por Adolpho Bezerra de Menezes em A Pérola Negra. *PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion*, v. 11, n. 2, p. 147-162, 2020. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1738>. Acesso em Jan. 2024.
- LUCAS, Kadine Teixeira. *“Pelo progresso do país”: projetos para a educação de ingênuos na imprensa paulista em fins do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/18945>. Acesso em 14 jul. 2024
- MANHÃES, C. E. V. D. *O Reformador e o Apóstolo: representações e embates entre espíritas e católicos no Rio de Janeiro (1883-1929)*. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.



- MARQUES, Marcos Moreira. *A cura do corpo, da cidade e da alma: medicina, política e espiritismo em Adolfo Bezerra de Menezes*. Sagga Editora, 2019.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- MERRIL, Michael. Uma entrevista com E.P. Thompson, 1976. *História e Perspectiva*, Uberlândia, n.1, p. 417, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27919/15381>. Acesso em Jan. 2024.
- MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Paco Editorial, 2017.
- MOREL, Marco; DE BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Ed. DP & A, 2003.
- NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. Os ecos do ventre livre: debates sobre a assistência aos ingênuos em Santos/SP (1871-1888). Anais de trabalhos completos do XII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, v. 8, p. 210-223, 2021.
- REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- ROCHA, Gustavo Rodrigues; ROCHA, Luana Fonseca da Silva. Uma história social do conceito de feminilidade na psicanálise de 1910 a 1930. *Scientiae Studia*, São Paulo, 15(1): 121-44, 2017.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; GONDRA, José Gonçalves. Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista: o caso de Uchoa Cavalcanti (1879). *Educação e Pesquisa*, v. 34, p. 437-448, 2008.
- SHARP, Lynn L. *Secular Spirituality: reincarnation and spiritism in nineteenth-century France*. Lexington Books, 2006.
- SILVA, José Pedro Carrano. *As crianças e o cativo do trabalho: Políticas para orientação de ingênuos e menores desvalidos ao trabalho na Bahia, entre a era da emancipação e o pós-abolição*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36567>. Acesso em 24 jul. 2024
- SILVA, Noemi Santos da. *O Batismo na Instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em <https://hdl.handle.net/1884/36317>. Acesso em 24 jul. 2024
- STOLL, Sandra. Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Edusp; Orion, 2003.
- THOMPSON, Edward. *A formação da classe trabalhadora inglesa: a árvore da liberdade*. Editora Paz e Terra, 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Editora Objetiva, 2009.
- VALLE, Daniel Simões do. *Intelectuais, Espíritas e Abolição da Escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- VALLE, Daniel Simões do. A abolição da escravidão sob outro prisma: os projetos de reforma na imprensa espírita da Corte, 1881-1888. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. 2011. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/handle/1/206>. Acesso em 24 jul. 2024
- WANTUIL, Zeiss. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002.